



Galvão e Saraiva Guerreiro em Mar Del Plata

# Devedores pedem um diálogo político com os credores

A reunião dos 11 maiores devedores latino-americanos termina hoje na Argentina, com a divulgação da "Declaração de Mar del Plata", um documento que é uma prévia da posição que esses países pretendem assumir perante seus credores internacionais. A declaração defende a necessidade de iniciar um "diálogo político direto" com os países industrializados, e propõe para isso o primeiro semestre de 85, sem fixar uma data precisa.

Essa posição, segundo se soube em Mar del Plata, vinha sendo defendida nos bastidores desde o início da semana por Brasil, Argentina, México e Venezuela, justamente os quatro maiores devedores. O documento, a ser assinado hoje pelos chanceleres dos 11 países presentes, de certa forma resume o que disseram o presidente Raul Alfonsín em seu discurso de abertura e o presidente da Colômbia, Belisardo Betancur, em carta enviada a Alfonsín no início deste mês.

A declaração — que está sendo chamada nos meios diplomáticos de "Cartagena II" — consiste de dez pontos, começando por afirmar que as nações devedoras "julgam essencial convidar os governos dos países credores para um diálogo político direto". E acrescenta que

seria desejável realizar o encontro no prazo de seis meses, "antecedido de consultas prévias".

A notícia de que os países latino-americanos iriam propor uma reunião de cúpula com os credores já tinha sido divulgada, nos bastidores, durante esta semana. Ontem, enquanto essa posição era confirmada em Mar del Plata, a agência noticiosa UPI informava que o Departamento do Tesouro dos EUA havia distribuído nota afirmando que "não desejamos nos encontrar em nenhuma reunião de cúpula com as nações de Cartagena".

Seria uma advertência para que os devedores revissem sua posição, mas os chanceleres presentes a Mar del Plata decidiram manter o "convite", independente do veto extra-oficial de Washington. Nesse sentido o documento a ser divulgado hoje vai mais longe, criticando as tendências protecionistas e outras medidas restritivas dos países industrializados:

— Acentuam-se os efeitos adversos que essas nações exercem sobre a capacidade financeira de responder à dívida externa e o desenvolvimento dos países da região — reafirmam os devedores.